

EDUCAR PARA INCLUIR: UM CURSO DE EXTENSÃO PARA A PROMOÇÃO DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR EM FACULDADES PARTICULARES DE PEQUENO PORTE

ODS (4)

Alexandre José do Carmo (UNITAU)
Linda Gabriele Marcondes (UNITAU)
Dr. Juliana Marcondes Bussolotti (UNITAU)
Dr. Maria Fátima de Melo Toledo (UNITAU)
Dr. César Augusto Eugênio (UNITAU)

Resumo

Este artigo apresenta a concepção, os fundamentos e a proposta metodológica de um curso de extensão universitária voltado à promoção da inclusão social, racial, econômica e pedagógica no ensino superior, com foco nas faculdades particulares de pequeno porte. Essas instituições, embora representem uma parcela significativa da oferta de ensino superior no Brasil, enfrentam limitações estruturais e financeiras que dificultam a implementação de políticas efetivas de inclusão. O projeto intitulado “Educar para Incluir” visa contribuir para a transformação desse cenário por meio da formação continuada de gestores, docentes e demais profissionais da educação superior, estimulando o desenvolvimento de estratégias institucionais adaptadas à realidade local e à escassez de recursos.

A metodologia do curso combina atividades presenciais e online, estruturadas em módulos temáticos que abrangem desde o diagnóstico institucional até a elaboração de planos de inclusão viáveis e participativos. A fundamentação teórica baseia-se em autores que discutem a equidade, a justiça social e o direito à educação, além de marcos legais como a Lei de Cotas, o Estatuto da Pessoa com Deficiência e as diretrizes da UNESCO para a educação inclusiva.

Os resultados esperados incluem a capacitação técnica e política de profissionais da educação superior, o fortalecimento de redes de apoio interinstitucionais e a formulação de planos institucionais de inclusão contextualizados. Ao articular formação, diagnóstico e planejamento, o curso contribui para que essas instituições assumam um papel mais ativo na construção de um ensino superior mais justo, acessível e democrático.

Palavras-chave: Ensino superior; inclusão; extensão universitária; equidade; faculdades privadas.

Introdução

A ampliação do acesso ao ensino superior brasileiro nas últimas décadas foi marcada por avanços significativos, como a criação de políticas públicas de democratização —



entre elas, o Programa Universidade para Todos (ProUni), a Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012), e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES). No entanto, tais iniciativas concentraram-se em grande parte nas instituições públicas ou nas grandes redes privadas, deixando uma lacuna nas faculdades particulares de pequeno porte, especialmente em regiões periféricas ou fora dos grandes centros urbanos.

Essas instituições, muitas vezes criadas com o objetivo de atender a demandas locais por formação superior, enfrentam desafios estruturais e financeiros que limitam sua capacidade de formular e implementar políticas inclusivas robustas. Isso impacta diretamente a democratização do ensino superior, pois parte considerável da população brasileira, especialmente de baixa renda, tem nessas instituições sua única oportunidade de acesso à graduação.

Além disso, os dados sobre desigualdades educacionais revelam a persistente exclusão de grupos sociais historicamente marginalizados. Pessoas com deficiência, estudantes negros e indígenas, moradores de áreas rurais, quilombolas, pessoas trans e não binárias, entre outros, continuam a enfrentar múltiplas barreiras para ingresso e permanência no ensino superior. A interseccionalidade dessas opressões — como apontado por Crenshaw (2002) — exige respostas institucionais mais complexas e estruturadas.

Nesse cenário, a extensão universitária assume um papel estratégico e transformador. Como propõe a Resolução CNE/CES nº 7/2018, as ações extensionistas devem promover a articulação entre ensino, pesquisa e compromisso social, favorecendo o diálogo entre a universidade e a sociedade. O curso de extensão "Educar para Incluir" insere-se nessa lógica, com o objetivo de promover a formação continuada de gestores e docentes, estimulando a construção coletiva de planos institucionais de inclusão viáveis e adaptados à realidade das faculdades de pequeno porte.

Ao promover a capacitação de profissionais e a elaboração participativa de projetos de inclusão, este curso propõe não apenas uma intervenção pedagógica, mas uma transformação institucional. A ideia central é fortalecer a autonomia das faculdades para que assumam a inclusão como um princípio estruturante, e não como uma ação pontual ou assistencialista. A inclusão, entendida como prática social e política, exige planejamento, formação, comprometimento ético e construção de redes colaborativas entre poder público, sociedade civil e setor privado.

Portanto, este artigo visa apresentar os fundamentos, objetivos, metodologia e resultados esperados de um curso de extensão universitária comprometido com a promoção da equidade no ensino superior, contribuindo para a consolidação de políticas institucionais de inclusão em um setor ainda pouco contemplado pelas ações governamentais: as faculdades particulares de pequeno porte.

Revisão da literatura

O direito à educação é garantido por diversos marcos legais nacionais e internacionais, como a Constituição Federal de 1988, a LDB (Lei nº 9.394/1996), a Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012) e o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). No entanto, o cumprimento efetivo desses direitos depende da articulação entre políticas públicas e ações institucionais proativas.



Segundo Freitas (2019), a promoção da equidade no ensino superior exige políticas ativas de inclusão que reconheçam a diversidade dos estudantes. A mera existência de vagas não garante o acesso, tampouco a permanência. É preciso que as instituições estejam preparadas para acolher e apoiar diferentes trajetórias e necessidades educacionais.

A UNESCO (2020) destaca que a inclusão deve ser compreendida como um processo contínuo, que envolve a eliminação de barreiras físicas, atitudinais, pedagógicas e comunicacionais. Isso exige um comprometimento institucional que vá além da boa vontade individual.

A inclusão no ensino superior deve ser compreendida como um processo político, social e educacional que visa garantir o direito à educação de qualidade a todos, especialmente àqueles historicamente excluídos das oportunidades de formação acadêmica. A democratização do ensino superior no Brasil tem avançado, sobretudo com políticas públicas como o Programa Universidade para Todos (ProUni), o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e a Lei de Cotas. No entanto, a equidade no acesso e permanência ainda é uma meta distante, principalmente quando se trata de faculdades particulares de pequeno porte, que não estão diretamente incluídas em muitas dessas políticas.

Inclusão e Interseccionalidade

Segundo Crenshaw (2002), o conceito de interseccionalidade permite compreender como diferentes formas de discriminação — como racismo, capacitismo, sexismo, classismo e transfobia — se sobrepõem e se combinam, produzindo barreiras complexas à inclusão. No contexto do ensino superior, essa abordagem é fundamental para pensar políticas que não apenas contemplem um grupo específico, mas reconheçam que os sujeitos que acessam as instituições carregam múltiplas identidades e experiências de exclusão. Um aluno pode ser negro, pobre, com deficiência e LGBTQIA+, por exemplo — e cada uma dessas dimensões precisa ser considerada nas ações institucionais.

Permanência: muito além do acesso

Como enfatizam Diniz e Bertotti (2020), garantir acesso ao ensino superior não basta. A permanência exige suporte pedagógico, psicológico, financeiro e institucional. Em muitas faculdades privadas de pequeno porte, a ausência de políticas de apoio resulta em evasão precoce de estudantes em situação de vulnerabilidade. A permanência se vincula à criação de ambientes acessíveis, acolhedores, com recursos de tutoria, adaptação curricular, formação docente continuada e flexibilização de processos administrativos.

Educação Superior e Justiça Social

De acordo com Fraser (2006), a justiça social envolve a redistribuição de recursos, o reconhecimento das diferenças e a participação paritária nos processos decisórios. No ensino superior, isso se traduz em criar oportunidades reais de acesso, valorizando a diversidade como um elemento positivo da vida acadêmica. A universidade não deve apenas incluir “os diferentes”, mas se transformar institucionalmente para garantir que todos possam participar com dignidade e protagonismo.



O papel dos cursos de extensão na promoção da inclusão

A extensão universitária tem se consolidado como um dos pilares do ensino superior brasileiro, conforme estabelecido pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (Resolução CNE/CES nº 7/2018). Ela deve promover a interação transformadora entre universidade e sociedade. Quando voltada à formação para a inclusão, a extensão assume um papel fundamental de capacitação e mobilização institucional, pois contribui para aproximar as IES das demandas sociais, especialmente no que se refere à redução das desigualdades educacionais.

Freire (1996) já alertava para o papel político e emancipador da educação, destacando que ensinar exige compromisso com a transformação social. Nesse sentido, cursos de extensão como o proposto neste artigo não apenas transmitem conteúdos, mas ajudam a construir uma nova cultura institucional baseada na ética da inclusão.

Inclusão como responsabilidade institucional

Segundo Barbosa e Rocha (2021), um dos principais desafios da inclusão no ensino superior é a naturalização da exclusão como um problema individual dos estudantes. Quando um aluno com deficiência não tem acesso ao conteúdo ou quando uma estudante negra é alvo de microagressões racistas, o problema é estrutural e deve ser enfrentado com políticas institucionais planejadas e monitoradas. A formação de gestores e docentes é, portanto, estratégica, pois são eles que traduzem as políticas em ações concretas no cotidiano das instituições.

Inclusão sob a Perspectiva Bioecológica de Bronfenbrenner

A teoria bioecológica do desenvolvimento humano, proposta por Urie Bronfenbrenner (1996), oferece uma estrutura valiosa para compreender como os diversos sistemas nos quais um indivíduo está inserido influenciam seu desenvolvimento, suas oportunidades e seu acesso à educação. Aplicar esse modelo ao contexto do ensino superior permite analisar de maneira mais ampla os fatores que dificultam ou promovem a inclusão educacional.

O modelo bioecológico é composto por cinco sistemas interdependentes:

- **Microssistema:** engloba os contextos mais imediatos em que o indivíduo atua, como família, escola, comunidade e grupo de amigos. No caso dos estudantes em situação de vulnerabilidade, esse nível pode incluir uma rede de apoio frágil, escolas de baixa qualidade ou ausência de referências familiares com histórico acadêmico.
- **Mesosistema:** refere-se à interação entre os diferentes microssistemas, como a relação entre escola e família. A articulação precária entre ensino médio e ensino superior, por exemplo, pode comprometer o acesso do estudante à universidade.
- **Exossistema:** inclui os contextos que não envolvem diretamente o indivíduo, mas que o afetam indiretamente. Políticas públicas educacionais, programas de incentivo e ações institucionais de inclusão atuam nesse nível, assim como a existência (ou ausência) de financiamento estudantil.



- **Macrossistema:** diz respeito à cultura, valores sociais, sistemas de crenças e ideologias predominantes. No Brasil, o racismo estrutural, o capacitismo e a desigualdade social formam barreiras profundas à inclusão, naturalizando a exclusão de determinados grupos do espaço universitário.
- **Cronossistema:** refere-se à dimensão temporal, considerando mudanças históricas e biográficas que afetam o sujeito. O aumento das políticas afirmativas na última década, por exemplo, alterou significativamente o perfil dos ingressantes no ensino superior e deve ser analisado nesse eixo.

Ao considerar esse modelo, o curso de extensão “Educar para Incluir” busca atuar principalmente no exossistema e mesossistema das instituições participantes, promovendo intervenções que favoreçam mudanças estruturais (planejamento institucional, parcerias estratégicas, políticas internas) e práticas (formação de docentes, criação de redes de apoio). Indiretamente, essas ações também afetam o microsistema dos estudantes, ao transformar os ambientes de aprendizagem em espaços mais acolhedores e acessíveis.

Além disso, o curso valoriza a perspectiva de que a inclusão não se resume à inserção de alunos em situação de vulnerabilidade no ensino superior, mas requer uma mudança cultural no macrossistema institucional — uma nova forma de entender o papel da universidade na sociedade. O reconhecimento da complexidade dos sistemas que influenciam a trajetória dos estudantes justifica a adoção de uma abordagem sistêmica, como propõe Bronfenbrenner, como base conceitual para o planejamento e a execução de ações inclusivas.

Método

O curso será oferecido de forma híbrida, com carga horária total de 40 horas, divididas em cinco módulos, conforme detalhado a seguir:

Módulo 1 – Diagnóstico Institucional

Apresenta ferramentas para mapeamento das barreiras de acesso e permanência presentes na instituição, além de promover a análise do contexto regional e social em que a faculdade está inserida.

Módulo 2 – Políticas de Inclusão no Ensino Superior

Estudo dos marcos legais que fundamentam as ações inclusivas: LDB, PNE, Lei de Cotas e Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Módulo 3 – Estratégias Inclusivas Adaptadas

Foco em alternativas viáveis como tutorias solidárias, grupos de acolhimento, estratégias pedagógicas acessíveis e soluções de baixo custo para acessibilidade.

Módulo 4 – Parcerias Estratégicas



Discussão sobre como formar redes com ONGs (Educafro, Fundação Lemann, Instituto Unibanco), poder público e setor privado, visando apoio técnico, financeiro e humano.

Módulo 5 – Elaboração do Plano de Inclusão

Cada instituição será orientada a elaborar seu próprio plano institucional de inclusão, com metas, ações e cronograma.

Resultados e discussão

Espera-se que, ao final do curso, as instituições participantes tenham:

- Planos institucionais de inclusão adaptados à sua realidade e recursos;
- Aumento progressivo da matrícula de alunos em situação de vulnerabilidade;
- Formação de redes interinstitucionais de apoio e troca de experiências;
- Docentes e gestores mais preparados para promover a inclusão de forma contínua e efetiva.

Conclusão (Considerações Finais)

A democratização do ensino superior no Brasil depende, entre outros fatores, do fortalecimento das instituições de ensino de pequeno porte, especialmente as privadas. Essas faculdades são fundamentais para garantir o acesso em regiões afastadas dos grandes centros urbanos e para populações marginalizadas.

O projeto “Educar para Incluir” surge como uma proposta inovadora e necessária para apoiar essas instituições, promovendo a capacitação de seus quadros e o desenvolvimento de estratégias concretas de inclusão. Trata-se de uma ação que se alinha aos princípios da equidade e da justiça social, promovendo não apenas o acesso, mas a permanência com qualidade no ensino superior.

Referências

- BARBOSA, Luciana; ROCHA, Edson. *Inclusão e permanência no ensino superior: políticas institucionais e desafios cotidianos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.
- BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Brasília, DF: Presidência da República, 2012.
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. *Estatuto da Pessoa com Deficiência*. Brasília, DF: Presidência da República, 2015.
- BRONFENBRENNER, Urie. *A ecologia do desenvolvimento humano: experiências ao longo da vida*. Porto Alegre: Artmed, 1996.



CRENSHAW, Kimberlé. *Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relacionados ao Gênero*. Organização das Nações Unidas, 2002.

DINIZ, Débora; BERTOTTI, Caroline. *Universidade e diversidade: um mapa da inclusão no ensino superior brasileiro*. Brasília: Editora UnB, 2020.

FRASER, Nancy. Reenquadrando a justiça em um mundo globalizado. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, n. 70, p. 15-48, 2006.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, Luiz Carlos de. *As políticas de inclusão no ensino superior: equidade e diversidade*. São Paulo: Cortez, 2019.

UNESCO. *Guia para a Inclusão: garantir o direito à educação de qualidade para todos*. Paris: UNESCO, 2020.